



Sumário

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA	27
1.1. A família através dos tempos: da gestão masculina autônoma à ingerência estatal	27
1.2. O avanço da intervenção estatal e sua ineficiência	37
1.3. A família na contemporaneidade	58
1.4. O Direito de Família “mínimo” <i>versus</i> Direito da Criança e do Adolescente “máximo”	75
2. DAS FAMÍLIAS EXPRESSAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	81
2.1. Matrimonial	81
2.1.1. Conceito	81
2.1.2. Capacidade	82
2.1.3. Impedimentos.....	87
2.1.3.1. Absolutos	87
2.1.3.2. Relativos	91
2.1.3.3. Legitimidade para arguir impedimentos.....	94
2.1.3.4. Resumo quanto aos impedimentos matrimoniais	95
2.1.4. Modalidades	95
2.1.4.1. Civil.....	95
2.1.4.2. Religioso	99
2.1.4.3. Por procuração	101

2.1.4.4.	Casamento em caso de moléstia grave e nuncupativo (<i>in extremis</i>).....	102
2.1.4.5.	Putativo.....	104
2.1.4.6.	Consular.....	106
2.1.4.7.	De estrangeiros.....	106
2.1.5.	Prova.....	106
2.1.6.	Invalidade.....	107
2.1.6.1.	Nulidade.....	108
2.1.6.2.	Anulabilidade.....	111
2.1.6.3.	Quadro comparativo das hipóteses de nulidade e anulabilidade do casamento.....	122
2.1.7.	Eficácia.....	122
2.1.7.1.	Deveres comuns e igualdade conjugal.....	123
2.1.7.2.	Acréscimo do nome.....	124
2.1.7.3.	Dever de fidelidade recíproca.....	125
2.1.7.4.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	126
2.1.7.5.	Dever de vida em comum no domicílio conjugal.....	127
2.1.7.6.	Dever de mútua assistência.....	128
2.1.7.7.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	129
2.1.7.8.	Não fluência dos prazos prescricionais e a possibilidade de usucapião conjugal.....	129
2.1.8.	Resumo dos tópicos abordados.....	130
2.2.	Convivencial (União Estável).....	130
2.2.1.	Conceito e visão histórica.....	130
2.2.2.	Características.....	132
2.2.3.	Requisitos.....	134
2.2.3.1.	Dualidade de sexos.....	135
2.2.3.2.	Publicidade.....	137
2.2.3.3.	Durabilidade.....	139
2.2.3.4.	Continuidade.....	141
2.2.3.5.	Objetivo de constituição de família.....	141
2.2.3.6.	Desnecessidade de coabitação.....	144
2.2.4.	Impedimentos.....	145
2.2.5.	Da inaplicabilidade das causas suspensivas matrimoniais às relações convivenciais.....	146
2.2.6.	Resumo quanto aos requisitos e impedimentos.....	150
2.2.7.	Termo inicial: em que momento o “crush” vira direito?.....	151
2.2.8.	Direitos e deveres.....	154

2.2.9.	Efeitos e conteúdo do contrato ou escritura de convivência.....	157
2.2.10.	Renúncia à herança no contrato ou escritura de convivência	165
2.2.11.	Contrato ou escritura pública de namoro enquanto contrato preliminar.....	169
2.2.12.	Necessidade de outorga do convivente para alienação de imóveis.....	172
2.2.13.	Conversão da união estável em casamento.....	175
2.2.14.	Diferenças existentes em relação aos direitos dos cônjuges	177
2.3.	Monoparental	181
2.3.1.	Conceito	181
2.3.2.	Hipóteses	181
3.	DAS FAMÍLIAS IMPLICITAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	185
3.1.	Eudemonista	186
3.2.	Unipessoais.....	189
3.3.	Parental	192
3.4.	Solidária	193
3.5.	Mosaico	194
3.6.	Extensa	202
3.7.	Homossexual.....	204
3.7.1.	Conceito e disposições gerais	204
3.7.2.	Princípios constitucionais aplicáveis à temática.....	208
3.7.3.	O papel da jurisprudência no reconhecimento de direitos aos casais do mesmo sexo.....	214
3.7.4.	A dissolução da união homossexual e seus efeitos jurídicos.....	219
3.7.5.	Filiação nas relações homoafetivas	220
3.8.	Simultânea	223
3.9.	Poliafetiva.....	239
3.10.	Virtual (“iFamily”)	244
3.11.	Coparental.....	253
3.12.	Multiespécie	254
3.13.	Resumo dos modelos de família	259

4. REGIME DE BENS	261
4.1. Conceito e disposições gerais	261
4.2. Do pacto antenupcial.....	265
4.2.1. Disposições gerais	265
4.2.2. Estabelecimento de cláusulas existenciais	267
4.2.3. Celebração de negócios jurídicos processuais.....	272
4.3. Modalidades	275
4.3.1. Comunhão parcial de bens	275
4.3.2. Comunhão universal de bens.....	296
4.3.3. Separação convencional de bens	303
4.3.4. Separação obrigatória de bens.....	307
4.3.5. Participação final nos aquestos	315
4.3.6. Regime atípico ou misto	317
4.4. Atos que dependem da autorização do cônjuge	318
4.5. Atos que independem da autorização do cônjuge.....	324
4.6. Modificação do regime de bens no casamento	328
4.7. Modificação do regime de bens na união estável	336
4.8. Pactos e contratos pós-nupciais.....	337
5. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL	341
5.1. Fim da união e suas dificuldades	341
5.2. Dissolução do casamento.....	344
5.2.1. Da indissolubilidade ao direito potestativo ao divórcio.....	344
5.2.2. Da separação e a sua extinção no direito de família contemporâneo	348
5.2.3. Divórcio	351
5.2.3.1. Procedimento do divórcio litigioso	353
5.2.3.2. Divórcio unilateral e liminar	357
5.2.3.3. Procedimento judicial do divórcio consensual	365
5.2.3.4. Divórcio extrajudicial	370
5.2.3.5. Retorno ao nome de solteiro(a) e a modificação dos assentos de nascimento dos filhos.....	374
5.2.3.6. Organograma do divórcio.....	375
5.2.3.7. Divórcio realizado no estrangeiro e suas modificações após a Emenda 66/2010.....	375
5.2.3.8. Divórcio “post mortem”	379

5.3.	Dissolução das famílias convivenciais.....	380
5.3.1.	Disposições gerais	380
5.3.2.	Organograma da dissolução das famílias convivenciais	388
5.3.3.	Distrato diretamente no Cartório do Registro Civil?	388
5.4.	Temas relevantes na prática do divórcio e da dissolução da união estável.....	390
5.4.1.	Separação de corpos em sede de tutela provisória de urgência antecipada antecedente.....	390
5.4.2.	Viabilidade da cumulação do reconhecimento de união estável antecedente ao casamento e da ação de divórcio	392
5.4.3.	Da fixação de aluguel no caso de utilização exclusiva de bem pendente de partilha	394
5.4.4.	Ação de exigir contas entre cônjuges e companheiros.....	400
5.4.5.	Cessão de meação entre os parceiros afetivos ou terceiros..	402
5.4.6.	Partilha das cotas sociais.....	404
5.4.7.	Partilha de bens financiados.....	409
5.4.8.	Partilha de previdência privada.....	412
5.4.9.	Partilha de honorários advocatícios.....	415
5.4.10.	Possibilidade de reconhecimento da separação de fato mesmo com a manutenção de coabitação	416
5.4.11.	Desconsideração inversa da personalidade jurídica	418
5.4.12.	Prescrição da partilha de bens?	421
5.4.13.	Aplicação da pena de sonegados na partilha de bens	424
5.4.14.	Postagens do ex-casal nas redes sociais e o direito ao esquecimento.....	427
5.4.15.	Usucapião de meação.....	428
5.4.16.	Danos morais por situações vexatórias	432
6.	RELAÇÕES DE PARENTESCO	435
6.1.	Conceito e aplicações	435
6.2.	O vínculo de parentesco	438
6.2.1.	Em linha reta.....	439
6.2.2.	Em linha colateral, transversal ou oblíqua.....	439
6.2.3.	Por afinidade	442
7.	FILIAÇÃO	445
7.1.	Prova da filiação	446
7.2.	Prenome.....	451

7.3.	Filiação matrimonial	452
7.4.	Filiação decorrente de relacionamento convivencial ou eventual	461
7.4.1.	Reconhecimento dos filhos de forma voluntária	461
7.4.2.	Reconhecimento dos filhos de forma oficiosa	462
7.4.3.	Reconhecimento dos filhos por via do procedimento previsto no Provimento 16/2012 do CNJ	464
7.5.	Filiação decorrente de procedimentos de reprodução assistida	467
7.6.	Filiação decorrente de inseminação caseira	469
7.7.	Filiação socioafetiva por meio da posse do estado de filho	470
7.7.1.	Características gerais	470
7.7.2.	Ação declaratória de filiação socioafetiva	474
7.7.3.	Parentalidade socioafetiva entre avós e netos ou irmãos	482
7.7.4.	Verdade biológica “versus” afetiva: como resolver essa equação?	484
7.7.5.	Posse de estado de filho na prática: quais os caminhos possíveis?	488
7.7.6.	Irmandade e avosidade socioafetiva	490
7.8.	Multiparentalidade	491
7.9.	Reconhecimento extrajudicial de filiação socioafetiva e multiparentalidade	497
7.10.	Maternidade de substituição	504
7.11.	Investigação da parentalidade	508
7.12.	Investigação da ancestralidade genômica	520
7.13.	Ação negatória de paternidade	523
7.14.	Ação anulatória de registro civil	527
7.15.	Impugnação imotivada de paternidade	528
8.	ADOÇÃO	531
8.1.	Conceito e disposições gerais	531
8.2.	Pessoas que podem adotar e ser adotadas	534
8.3.	Procedimento	540
8.4.	Adoção internacional	548
8.5.	Adoção dirigida ou <i>intuitu personae</i>	550
8.6.	Adoção unilateral	553

9. FUNÇÃO PARENTAL (PODER FAMILIAR)	557
9.1. Conceito.....	557
9.2. Obrigações.....	561
9.3. Usufruto e administração dos bens dos filhos e a possibilidade de ação de exigir contas.....	573
9.4. Suspensão.....	576
9.5. Destituição.....	577
9.6. Abandono afetivo e a obrigação de cuidado inerente à função parental.....	583
9.7. Abandono digital.....	600
9.8. <i>(Over)sharenting</i> e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.....	603
10. GUARDA	611
10.1. Conceito.....	611
10.2. Modalidades de guarda.....	612
10.3. A aplicação da guarda compartilhada mesmo em casos de litígio entre os genitores.....	622
10.4. Guarda compartilhada em situações de violência doméstica ou familiar.....	629
10.5. Guarda compartilhada quando os genitores não residem na mesma cidade ou país.....	630
10.6. A excepcionalidade da aplicação da guarda unilateral.....	632
10.7. Exercício do dever de vigilância.....	635
10.8. Alimentos na guarda compartilhada.....	636
10.9. Guarda alternada.....	637
10.10. Guarda compartilhada entre pais e outros parentes.....	638
10.11. Guarda atribuída a terceiros.....	641
11. CONVIVÊNCIA FAMILIAR	645
11.1. Conceito e aplicação.....	645
11.2. Da impossibilidade de fixação de regime livre de convivência à luz da doutrina da proteção integral.....	653
11.3. A imperiosa fixação de convivência desde os primeiros meses de vida.....	657

11.4. Legitimidade dos avós, tios e irmãos unilaterais.....	658
11.5. Efetividade	661
12. ALIENAÇÃO PARENTAL.....	667
12.1. Características gerais.....	667
12.2. Formas exemplificativas de alienação parental.....	673
12.3. Questões processuais.....	679
12.4. Medidas a serem tomadas	687
12.5. Guarda compartilhada como meio de prevenção	691
12.6. Abuso afetivo e os danos morais pela prática alienadora	693
12.7. Denúncia caluniosa decorrente da falsa denúncia de violência física ou sexual.....	699
13. ALIMENTOS.....	707
13.1. Conceito.....	707
13.2. Classificação quanto à causa jurídica	709
13.3. Classificação quanto à natureza.....	711
13.4. Características do direito à prestação alimentícia	712
13.4.1. Direito personalíssimo	712
13.4.2. Intransferibilidade	713
13.4.3. Incompensabilidade.....	714
13.4.4. Irrenunciabilidade	716
13.4.5. Impenhorabilidade	718
13.4.6. Irrepetibilidade	718
13.4.7. Reciprocidade	719
13.4.8. Divisibilidade.....	721
13.4.9. Da solidariedade da dívida alimentar em favor da pessoa idosa	721
13.4.10. Condicionabilidade.....	722
13.4.11. Alternatividade	722
13.4.12. Futuridade	724
13.4.13. Transmissibilidade.....	725
13.5. Espécies.....	728
13.5.1. Gravídicos.....	728
13.5.2. Provisórios e provisionais.....	732
13.5.3. Transitórios.....	738

13.5.4. Alimentos <i>intuitu familiae</i>	743
13.5.5. Compensatórios	744
13.5.6. Definitivos	752
13.6. Fixação e base de incidência	753
13.7. Fixação em acordo realizado pelo Ministério Público ou Defensoria Pública, pelos advogados ou mediador credenciado	766
13.8. Obrigação em favor de filhos crianças e adolescentes	769
13.9. Alimentos em favor de filho maior de idade	774
13.10. Obrigação em favor de filhos socioafetivos.....	776
13.11. Alimentos decorrentes do final de relacionamento afetivo.....	779
13.12. Obrigação em favor da pessoa idosa	783
13.13. Obrigação dos avós	787
13.14. Obrigação dos colaterais: do pagamento de alimentos pelos irmãos e da impossibilidade de fixação entre tios e sobrinhos.....	791
13.15. Revisão e exoneração.....	795
13.16. Procedimento indigno do credor	803
13.17. Competência.....	805
13.18. Valor da causa	807
13.19. Execução.....	807
13.19.1. Execução de título extrajudicial	810
13.19.2. Execução de título judicial.....	812
13.19.2.1. Rito da coerção pessoal (prisão)	812
13.19.2.2. Rito de constrição patrimonial	830
13.19.2.3. Cobrança por ambos os ritos no mesmo procedimento	837
13.19.3. Instrumentos de defesa do executado	839
13.19.3.1. Disposições gerais.....	839
13.19.3.2. Quadro sobre as possibilidades de defesa do executado nos ritos da expropriação e coerção pessoal	843
13.20. Danos morais por inadimplemento alimentar	844
13.21. Ação de exigir contas em relação às parcelas alimentares.....	851
13.22. Prescrição	860
13.23. A inconstitucionalidade da tributação em pensões alimentícias.....	862
13.24. Questões contemporâneas no direito alimentar	866

13.24.1. Ação de regresso para ressarcimento dos valores pagos a título de alimentos gravídicos ou provisionais	866
13.24.2. Ação de indenização das despesas adicionais do período da gravidez quando ausente postulação de alimentos gravídicos	869
13.24.3. Estipulação de compensação financeira ao genitor com dedicação exclusiva à prole	873
13.24.4. Ação de indenização de ressarcimento dos danos materiais pelo inadimplemento alimentar	874
14. TUTELA E CURATELA	879
14.1. Notas introdutórias quanto ao direito protetivo.....	879
14.2. Tutela.....	880
14.2.1. Conceito e obrigações	880
14.2.2. Dos Bens do Tutelado.....	890
14.2.3. Prestação de contas e administração patrimonial.....	891
14.2.4. Cessação da Tutela	892
14.3. Curatela	892
14.3.1. Do instituto da curatela e as alterações promovidas pelo Estatuto das Pessoas com Deficiência.....	892
14.3.2. Autocuratela	899
14.3.3. Processo de tomada de decisão apoiada.....	902
14.3.4. Das hipóteses excepcionais de curatela.....	909
14.3.5. Levantamento da curatela.....	915
15. ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA	917
15.1. “Leva tudo aquilo que eu dei...”: os conflitos familiares e a necessidade de uma intervenção diferenciada.....	917
15.2. Gratuidade de justiça e a possibilidade de pagamento das custas ao final do processo.....	920
15.3. Competência.....	925
15.4. Os fatos na petição inicial e o abandono do paradigma de “novela mexicana”	926
15.5. Valor da causa	927
15.6. Pedido para riscar expressões negativas nas petições	931
15.7. O procedimento diferenciado das ações de família	934
15.8. Mediação familiar	938

15.8.1. Disposições gerais	938
15.8.2. A prática da mediação familiar à luz do CPC de 2015 e da Lei da Mediação.....	941
15.8.3. A prática da mediação familiar nos serviços notariais e de registro	945
15.9. Negócios jurídicos processuais.....	949
15.10. Distribuição dinâmica do ônus da prova	955
15.11. Prova testemunhal	963
15.12. Prova pericial e a importância do assistente técnico.....	967
15.12.1. Disposições gerais	967
15.12.2. A perícia psicológica e a necessária revisão da Resolução n. 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia	972
15.13. A prova ilícita nas demandas familistas.....	975
15.14. <i>Disregard</i> (desconsideração inversa da personalidade jurídica) nas dissoluções afetivas e nas ações de alimentos	981
15.15. Abuso do processo e o assédio processual.....	986
15.16. Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i> em ações de família	990
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	995